

CMN reduz de 90% para 83% o compulsório sobre depósitos

OTÁVIO VERÍSSIMO

O Governo concluiu ontem o elenco de medidas destinadas a garantir financiamento para o plantio da próxima safra. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a criação de uma linha de crédito de R\$ 700 milhões destinada às cooperativas, mediante a redução do compulsório sobre depósitos bancários à vista dos atuais 90% para 83%; e fixou a exigibilidade de aplicações no crédito rural em 17% do saldo médio diário dos depósitos à vista.

“As resoluções aprovadas hoje (ontem), mais a forte recuperação de preços que vêm ocorrendo no interior, nas últimas três semanas, completam o conjunto de medidas para a área agrícola”, garantiu o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, sem demonstrar a menor preocupação com a manifestação dos agricultores na Esplanada dos Ministérios e dando a entender que, para a equipe econômica, não há mais nada a fazer com relação ao plantio da próxima safra.

A criação de uma linha de crédito para as cooperativas visa a socorrer essas instituições que, nos dois últimos anos, assumiram parcela significativa do financiamento agrícola. São R\$ 700 milhões, que começam a ser liberados a partir de 1º de agosto. Sobre os empréstimos incidirá Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 4% e o prazo de financiamento é de cinco anos.

Mais recursos — A redução do compulsório sobre os depósitos à vista combinada com a fixação de um novo limite mínimo (exigibilidade) para aplicações das instituições financeiras no crédito rural implicarão, segundo Mendonça de Barros, em um fluxo maior de recursos para o campo. Desde julho do ano passado, esse limite mínimo estava congelado em R\$ 650 milhões.

Além de garantir um maior fluxo de recursos para o crédito rural, o CMN aprovou resolução reduzindo o limite de risco do Proagro. A partir de hoje, o limite de risco por agricul-

tor passa a ser de R\$ 150 mil. Também fica proibida cobertura pelo Proagro de sinistros que se verificarem por três vezes consecutivas numa mesma região.

Também foi aprovada a liberação de mais R\$ 100 milhões para o Programa de Apoio à Pré-Comercialização do Café, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Esses recursos se destinam a elevar a quantidade de café a ser retido em estocagem.

O CMN também aprovou a ampliação do risco do Governo Federal nas operações de financiamento do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. De acordo com a resolução, 65% do risco passa a ser do Tesouro Nacional.

Outra resolução aprovada fixou os preços mínimos para a cera de carnaúba, mamona, juta/malva e sisal para a safra de 1995/1996.

■ O protesto dos agricultores está na página 9